

CAPÍTULO 7 – MODERNIDADE SELECTIVA E ESTADO¹ PREDADOR: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO ÀS REVOLTAS POPULARES EM MAPUTO DE 2008 E 2010²

Héctor Guerra Hernández

Introdução

Durante a minha pesquisa de doutorado (2006–2011), nos diversos estágios de campo realizados em Maputo com os Magermane³, talvez um dos aspectos que mais me chamou a atenção foi que além das instituídas marchas de quarta-feira que eles protagonizaram, não presenciei quaisquer manifestações de rua organizadas, que demonstrassem qualquer descontentamento da população com a situação política, social e económica, exceptuando aqueles comícios encenados pelo partido Frelimo durante os períodos de eleições. De alguma forma Maputo se me apresentava como uma cidade muito fervilhante, porém aparentemente carente de vida política pública.

1 O uso da palavra “estado” com inicial minúscula é uma decisão de ordem político-epistemológica. Como se verá ao longo do texto, mesmo entendendo este como uma entidade específica, sua construção histórica, ou melhor, a maneira como essa entidade se constitui no contexto histórico, nos obriga a pensá-lo como um sujeito a mais dentro do universo de relações que se pretende dar conta. Por outro lado, concordando com o manifestado por Nascimento (2013), não existiriam razões linguísticas suficientes para a distinção de grafia que esta palavra possui. Dessa forma mantendo a grafia original das citações, ao menos grafologicamente, neste artigo, desapoderamos o “Estado” (Nascimento, 2013).

2 Este texto é uma versão ligeiramente editada do original publicado com o mesmo título na revista *Horizontes antropológicos*. vol. 20 nº 41 (Jan./Junho de 2014).

3 “Magermane”, “Madgermane”, “Madjermane”, “Madgermans”, são expressões usadas para designar aos antigos trabalhadores moçambicanos que foram enviados para as fábricas da República Democrática Alemã. Sobre sua história e situação vide Guerra Hernández, Hector: Ma(d)jermanes: passado colonial e presente diaspórico: reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do socialismo colonial europeu. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de filosofia e ciências sociais da Unicamp para obtenção do título de doutor, na área de antropologia social. 07 de Novembro de 2011.

Uma das explicações que cursava no senso comum de muitos dos meus colegas moçambicanos parecia alimentar uma espécie de crença axiomática no “pacifismo” do povo moçambicano. Uma crença que fora contestada veementemente pelos Magermane, que preferiram chamar de “passividade”, provocada, segundo eles, pela “memória estarecida” da última guerra, mas sobretudo pela acção coercitiva proveniente do partido no poder, já desde a época socialista. Uma passividade que pode ser entendida como letargia, inércia e até imobilismo (“o povo está a dormir ... acordem!!!”⁴), porém em nenhum momento podia ser considerada sinónimo de pacifismo. O argumento da “memória estarecida” pareceu-me plausível⁵, no entanto a coerção governamental desde a época socialista parece precisar de uma reflexão à parte. Precisamente porque o projecto socialista da Frelimo foi aplicado durante um período de apenas dez anos (1977–1986). Hoje o projecto neoliberal em Moçambique já cumpre 25 desde sua implementação em 1987, sendo usado como modelo de governação pelas agências de cooperação internacionais, para outros países africanos, principalmente pelo nível de sofisticação alcançado nas instituições democráticas desenvolvidas após o tratado de paz em 1992. Quais teriam sido então as marcas deixadas pelo socialismo no imaginário colectivo da população moçambicana?

Talvez uma primeira tentativa de resposta seja mencionar o facto de que mesmo que o partido no poder tenha assumido o projecto neoliberal integralmente (desde 1987), obedecendo às diretrizes emanadas das instituições doadoras, debilitando o papel subsidiário do estado nas decisões económicas, parece ser que este partido não renunciou totalmente ao seu imaginário socialista, sobretudo se observamos que, para além dos nomes das ruas, avenidas e até bairros periféricos da capital, os quais ainda mantêm seus nomes históricos vinculados ao socialismo, talvez a única marca visível deste projecto seria a própria estrutura orgânica do partido governante, a qual continua a ser sustentada pelos princípios do “centralismo democrático” de origem leninista⁶. Talvez fora precisamente isso que se referiam os Magermane, quando diziam que a população vive com medo de ser perseguida, daí sua passividade. Efectivamente,

4 Este um dos gritos que os Magermane realizam durante suas marchas pelas ruas de Maputo.

5 Esta figura só pode ser entendida se consideramos que o país, entre 1964 e 1992, viveu sob o domínio da guerra (entre 1975 e meados de 1977 houve um tempo de relativa paz). Estamos a falar de não menos que 27 anos, onde a população moçambicana sofreu os estragos de dois conflitos bélicos, sem esquecer o violento sistema de dominação exercido pelos portugueses durante a colónia. Um período de luta armada que somado, custou a vida de mais de um milhão e meio e o deslocamento de mais de cinco milhões de pessoas dos seus lugares de residência e de suas unidades produtivas originárias, com a consequente desagregação social e familiar.

6 Para entender os princípios do centralismo democrático, vide: Lenin, Vladimir Ilich (1904): Un paso adelante, dos pasos atrás. Editorial Progreso, Moscú, 1975. O Estatuto do partido FRELIMO de 2002, no capítulo III em torno dos princípios organizativos, estipula como método de trabalho nas suas letras c, d, e, o seguinte: “c) Nos órgãos, as decisões são precedidas de livre discussão, caracterizada pela abertura e tolerância em relação aos pontos de vista ou opiniões divergentes manifestadas pelos membros; d) As decisões dos órgãos superiores são obrigatórias para os órgãos inferiores; e) Os órgãos superiores do Partido deverão auscultar os órgãos inferiores quando as matérias que exigem a tomada de posição ou decisão sejam de interesse geral” (Estatutos Aprovados Pelo VIII Congresso, Matola, 2002, pp.13–14). Embora nestes estatutos a expressão “centralismo democrático” não aparece de maneira explícita, os três artigos mencionados aqui, ilustram a estrutura e funcionamento orgânico do partido.

como pude perceber, apesar do espírito republicano que sustenta esta democracia moçambicana, valorizando o estado de direito e as liberdades civis, nada no mundo social desta capital parece ficar fora da “intervenção orgânica” do disciplinado partido Frelimo, ao ponto de muitos chamarem este “modelo de governação” de ditadura. Manito⁷, em uma das muitas conversas sobre o tema, ironizava: “nosso país é como a China, capitalismo para o partido e socialismo para os moçambicanos”.

Este aspecto pode ser motivo de discussão, porém certo é que a penetração e controlo que exerce o partido não apenas na esfera estatal (órgãos do estado) e no mundo dos negócios (os chamados políticos-empresários), mas também nas organizações sociais de diversa índole (sindicatos, ONGs, grupos dinamizadores)⁸, através das suas tramas e redes clientelistas, reforça esta sensação que pessoas como os Magermane, organizados politicamente que são, sentem que estão a ser “vigiados” e renova os medos na população em torno do poder de coacção estatal: “Em Moçambique ainda paira o clima de socialismo em que ninguém deve reclamar e muito menos protestar como aconteceu, apesar da propalada democracia que só existe no papel” (comunicação pessoal)⁹. Neste ponto, estamos obrigados a fazer uma espécie de retrospectiva, e reflectir sobre o projecto emancipatório levado a cabo pelo partido Frelimo, começado na década de 60, visava, entre muitas coisas, acabar definitivamente com uma desigualdade considerada estrutural. Esta desigualdade devia ser transformada, forçando um processo de inserção social que atingisse toda a população segregada desta vez sob a ideia de uma nação independente, abolindo assim a estratificação racista, construída pelo poder colonial português. Desta forma, os moçambicanos, já sob o estatuto de cidadão, teriam acesso “ilimitado” aos direitos e serviços que o estado independente pretendia garantir.

Neste sentido, coincidimos com o manifestado por Harry West (2009) ao se referir ao projecto frelimista:

Os dirigentes da Frelimo entregaram-se mais intensamente do que os seus antecessores coloniais alguma vez haviam feito à ideia de modernização, visionando um país onde as necessidades sociais fossem determinadas e satisfeitas não pelas forças de mercado mas sim através de uma governação científica (West, 2009, p.232).

7 Arnaldo Mendes, vice-presidente da associação dos Magermane com a qual trabalhei durante minha pesquisa de campo.

8 Devido aos limites do texto, este aspecto, ou melhor, estes aspectos não podem ser aprofundados aqui. No entanto são inúmeros os exemplos colectados que fazem referência a esta penetração do partido nos diversos níveis enunciados. Durante a minha pesquisa de pós-doutoramento pretendo dedicar um subtítulo a esta questão, pois constitui uma condição *sine qua non* para entender o projecto de dominação/governação implementado por este partido.

9 Os nomes dos e das informantes são durante todo o texto obviados, para evitar consequências legais, pois as revoltas ainda estão a ser investigadas e não se encontrou ainda responsável.

Certo é que este percurso, entre o pretendido e o finalmente realizado, foi criando outras formas de exclusão e estratificação social, as quais até o dia de hoje parecem continuar a reproduzir-se. Parece significativo colocar aqui, que em todo este processo, a maneira como estes sistemas de afectação e coerção, desenvolvidos e aplicados pelo partido governante, nos diversos períodos, e, sobretudo, num contexto de contínua precarização, produzido, especialmente, pela monetarização do quotidiano, acabou por desbaratar formas de convívio e reprodução social, subordinando estas a um ordenamento definido por lealdades de outra ordem já existentes.

Contudo, voltando a essa imagem de cidade aparentemente carente de vida política pública, quebrada semanalmente pelas marchas dos próprios Magermane, esta percepção só me acompanharia até o dia 5 de Fevereiro de 2008, dia em que teve lugar uma revolta social de proporções nunca vistas desde o fim da guerra civil¹⁰. Dois anos depois, entre o primeiro e dois de Setembro de 2010 (doravante 1 e 2 de Setembro), outra revolta, das mesmas ou maiores proporções que a de 2008, assolou novamente a cidade de Maputo¹¹. Parece ser que este medo ao poder coercitivo, incorporado nas gerações que viveram o socialismo e a guerra, estaria aos poucos a ser contestado pela irrupção na cena cidadina das novas gerações. São dois os aspectos que ocuparão minha atenção, neste texto. No primeiro, tentarei descrever as duas revoltas, identificando algumas particularidades. Para isto recorro aos relatos e testemunhas recolhidos em campo, algumas explicações ou hipóteses da parte de intelectuais, via *blogs*, e discursos oficiais de parte de alguns representantes do governo e do partido Frelimo, ademais da cobertura que a imprensa deu nessa altura. O segundo momento, estará focado em reflectir a relação entre estado e população introduzindo alguns dos aspectos já trabalhados e incorporados na minha tese de doutorado, mas que neste texto são usados como antecedentes na procura das causas e motivações destas revoltas, e junto com isso levantar algumas hipóteses para trabalhos posteriores.

Sobre metáforas encontradas e sociologias apressadas

Os relatos recolhidos contam que antes dessa Terça-Feira 5 de Fevereiro, corriam pelos celulares uma série de mensagens de textos de origem desconhecida incitando a uma “greve” para o dia em que as medidas tomadas pelo conselho de ministros,

10 Devo frisar aqui também é a partir desta revolta, que entre 2008 e 2010, começarão a aparecer outras greves, mais sectoriais como o caso dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro, os trabalhadores da empresa de segurança G4S, os desmobilizados de guerra, etc. Antes desta primeira revolta só é possível falar de manifestações reivindicativas públicas a partir das marchas de Quarta-Feira protagonizadas pelos Magermane.

11 Aqui devo esclarecer que as minhas estadias em Maputo aconteceram, a primeira depois da revolta de Fevereiro (Novembro de 2008 a Março de 2009), e a segunda antes da de Setembro (Maio de 2010). Portanto, as reflexões que desenvolvo neste texto seriam o resultado de uma análise realizada *a posteriori*, de maneira diacrónica, tentando expor as percepções e interpretações dos eventos dentro de um contexto mais abrangente, o qual será discutido na última parte.

semanas antes, entrariam em vigor¹². Uma das mensagens que consegui resgatar dizia o seguinte:

O povo está a sofrer, os filhos de ministros, deputados e outros dignatários não andam de chapa e os chapas estão caros. No dia 5 ninguém deve apanhar chapa, ninguém deve trabalhar. Vamos fazer greve e exigir justiça camaradas, envie para outros, seja unido na luta contra a pobreza. (SMS, 04 de Fevereiro 2008)

Precisamente, entre as medidas tomadas pelo conselho de ministros, vigorava o aumento do preço do transporte público, os chamados popularmente “chapas”¹³, de 50% para trajectos curtos (de 5 para 7,5 meticais) e de 33,3% (de 7,5 para 10 meticais) para trajectos compridos. Devemos destacar que para a população maputense em geral, circular, ou seja estar em movimento ou movimentar bens e pessoas, lhe garante não apenas a alimentação diária, mas a sua própria sobrevivência, portanto o gasto em transporte público é considerado como um dos mais problemáticos, depois dos gastos em alimentação e logo educação. O desembolso em transporte público representa, em média, quase um terço do orçamento familiar de muitos lares que integram até cinco filhos, chegando a se gastar, por agregado familiar, entre 600 e 1200 meticais por mês só para ir ao trabalho (para os que têm um emprego) ou na escola (para os que frequentam uma escola). Nessa altura o salário mínimo “formal” era de aproximadamente 1800 meticais.¹⁴ Este aumento do preço do transporte iria significar para a maioria da população localizada nas zonas periféricas da capital (que é a maioria da população urbana da cidade) a destruição do já apertado orçamento familiar, isto sem falar que os que têm acesso ao salário mínimo são pouquíssimos, tendo a maior parte deles que procurar outras formas de “desenrascar-se” para completar este mesmo orçamento.

12 A manchete publicada pelo jornal “Notícias” no mesmo dia da revolta anunciava: Entram hoje em vigor, nas cidades de Maputo e Matola, os novos preços dos transportes semiolectivos de passageiros, vulgo “chapa”. Seguidamente explicitava: “Assim, os passageiros que antes pagavam cinco meticais para percorrerem uma distância de menos de nove quilómetros passam agora a desembolsar o valor de sete meticais e meio, enquanto os que pagavam sete meticais e meio para fazer uma distância superior a nove quilómetros passarão a pagar dez meticais. O agravamento do custo do “chapa” foi decidido semana passada pelo Governo, sob proposta da Federação Moçambicana das Associações dos Transportadores Rodoviários (FEMATRO), com sustento na subida dos preços dos combustíveis, e não só [...]” (Jornal Notícias, 05.02.2008)

13 De acordo com o dicionário online de “Moçambicanismos”, *chapa (cem)* n. m. ou f. transporte colectivo, semiformal; por extensão, qualquer automóvel que transporte pessoas a troco de algum dinheiro (de chapa, “preço único”, de cem meticais) Fonte: “Moçambicanismos: Glossário com algumas imagens” online <http://mocambicanismos.blogspot.com.br/2009/02/c.html> (último acesso 15.06.2013).

14 Quem realiza as negociações sectoriais para a fixação do salário-mínimo é a Comissão Consultiva do Trabalho (CCT) de Moçambique, a qual integra o Governo, os sindicatos e os empregadores. Em 2008 o salário mínimo era um promédio de 1800 meticais tirados de 10 categorias. Em 2010 era de 3600 meticais, calculado a partir de 12 categorias. O custo da cesta básica de um trabalhador moçambicano, é avaliado “formalmente” em cerca de 1221 meticais por pessoa ao final do mês. Esta cesta é constituída pelo consumo básico de um cidadão que inclui arroz, feijão, farinha de milho, amendoim, peixe, vegetais e legumes, pão, óleo, açúcar, carvão vegetal, petróleo de iluminação, transporte e sabão (excluindo água, luz, telefone, lazer, etc). Sendo o agregado familiar médio constituído por 5 pessoas, o custo da cesta básica é de 1221x5=5.229,00 MT (o equivalente a aproximadamente 200 USD) para um agregado familiar. <http://basiliomuhate.blogspot.com.br/2009/04/reajuste-do-salario-minimo-em.html> economista Basilio Muhat (último acesso 15/06/2013). Para revisar a evolução do salário-mínimo em Moçambique vide: <http://www.meusalario.org/mocambique/main/salario/salario-minimo/historia-do-salario> (último acesso 15/06/2013).

Ao mesmo tempo, existe um outro aspecto que me parece significativo mencionar, pois foi um dos comentários mais recorrentes entre os cidadãos maputenses que usam este meio de transporte, sobretudo porque ademais já tinha ouvido constantemente, antes desta revolta eclodir. Este aspecto parece ser oriundo do mundo dos boatos e muitas vezes foi usado como argumento explicativo dos abusos dos “chapeiros” (motoristas dos chapas), por exemplo quando não completavam a rota, obrigando aos usuários a pagar uma segunda passagem para chegar ao seu destino. Muitas vezes me tocou experimentar esta situação durante os percursos em direcção aos diversos lugares que visitei, tentando abranger essa enorme espacialidade periférica. Nesses momentos estes usuários enraivados com a prepotência dos motoristas acusavam os “patrões” destes, por fomentarem estas práticas abusivas. Ao perguntar quem era o “patrão” do “chapeiro”, as respostas sempre foram as mesmas: “os donos do país”¹⁵. Durante esta revolta a população aproveitou para dizer e gritar em uníssono tudo aquilo que até esse momento fazia parte do mundo subterrâneo e marginal do descontento. Talvez este descontentamento possa ser reduzido à frase de uma senhora no bairro de Inhagoia, recuperada pelo sociólogo Carlos Serra (08.02.2008): “As empresas são deles, as lojas são deles, as padarias são deles, tudo é deles. E nós, que não temos nada?”.

Nos dias 1 e 2 de Setembro de 2010 outra revolta social de grandes proporções teve lugar novamente em Maputo, motivada desta vez pela decisão unilateral do governo de aumentar os preços de consumo de electricidade, água e do pão, e outros produtos de primeira necessidade. O *modus operandi* foi similar ao da revolta de Fevereiro de 2008. Nos dias que antecederam aos eventos, correram uma série de SMS's chamando novamente a uma “greve”. Aqui resgato dois:

Moçambicano, chegou a hora da VIRAGEM dentro de 24 horas. O dia da GREVE 01/09/10 onde vamos reivindicar a subida do custo da energia, água, xapa e pão. Envia para outros. Despertem irmãos senão é o nosso fim, é hora de VIRAGEM”

[...] “Moçambicano. Preparar moedas para curtir no grande dia da greve 01/09/10. Reivindicamos a subida de preços de combustível, água, energia, cimento, pão, etc. Envia para outros se prepararem. Mostre que a chama da unidade tem valor e junte-se. Os sul-africanos já começaram. (SMS 31 de agosto 2010)

15 Em 2006 Yussuf Adam, historiador moçambicano, fazia referência, entre outras coisas, a esta situação, Segundo Adam: [...] a actual estrutura social deriva das opções de desenvolvimento que conduziram à emergência e consolidação de um novo tipo de classe social que tem um suporte económico apoiado em três pilares: cunha (redes políticas e de amigos), candonga (extorsão comercial sem nenhum respeito por custos, impostos, investimento) e chapa-cem (transporte). O topo da pirâmide social pós-colonial é ocupado pela burguesia CCCC.” (Adam, 2006: 381- 382).

Na revolta do 1 e 2 de Setembro, a violência e agitação foi proporcionalmente maior e mais prolongada do que em Fevereiro de 2008, alargando-se a outras cidades no sul (Xai-Xai, Chókwè, Matola entre outras), no centro (Chimoio) e norte (Tete) do país. Da mesma maneira este aumento dos preços do pão, electricidade e água, anunciados pelos governantes, semanas antes dos distúrbios, a par de serem percebidos como injustos, também vieram associados ao facto de que alguns membros do partido governante são percebidos como “os donos” destes serviços, particularmente as companhias de água e electricidade (ex. Electricidade de Moçambique – EDM)¹⁶. Contudo para manter uma certa ordem do relato, optarei por me concentrar primeiramente nas características da primeira revolta (5 de Fevereiro), para logo tentar uma análise interpretativa a partir das diversas reacções que provocou este evento. Assim sendo, tentarei enumerar algumas das particularidades que acredito servirão para a elaboração de um perfil inicial e como referência posterior às reacções escolhidas nesta análise.

Em primeiro lugar, a expressão “revolta” foi escolhida de entre outras, tais como “motins”, “tumultos”, “sismo social”, “manifestações”, basicamente porque todas estas expressões anteriores, apesar de conseguir caracterizar parcialmente os eventos acontecidos nessa Terça-Feira de Fevereiro de 2008, são elaborações externas ao próprio evento. Desta maneira, as duas primeiras expressões parecem colocar o acento no caos provocado pelos participantes, e, como veremos, este caos parece ser mais o produto da leitura do analista (Granjo, 2008; 2010)¹⁷ do que do próprio evento. A terceira expressão foi cunhada pelo sociólogo Carlos Serra (2008)¹⁸ porém, apesar de querer explicar o abrupto e radical do evento, um terremoto sempre acarreta um sem fim de consequências a longo prazo, situação que também não parece coincidir com o curso que levou o desfecho dos acontecimentos. A quarta expressão, foi utilizada pelos membros da Liga de Direitos Humanos de Moçambique (LDH)¹⁹. Ela parece querer ver certo civismo e agência na acção colectiva da população, e embora algo de verdadeiro se perfile desta designação, parece responder mais a um desejo republicano, que entre os becos e caminhos de terra dos bairros populares se torna mais complexo, mais espesso e diverso.

16 Relacionado a este ponto, não é preciso ir nos bairros periféricos para perceber que esta ideia dos governantes serem os “donos” dos serviços e das empresas públicas, faz parte substancial da imagem do poder do partido FRELIMO no senso comum maputense. As medidas paliativas tomadas pelo governo para “apaziguar” o descontente popular, nas duas oportunidades foram na forma de subsídios que o estado deu aos fornecedores dos respectivos serviços, e assim evitar o aumento do preço. Estas medidas, no entanto, aparecem no imaginário da população não tanto como soluções e mais como uma manifestação de como funciona o sistema de prebendas e favores entre estes “donos”.

17 Como as expressões foram vertidas no *blog* do antropólogo, não é possível citar a página, portanto indico aqui os enlaces onde estas expressões são usadas e analisadas: <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/02/crnicas-dos-motins-1.html>; <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/02/media-censura-e-motins.html>; e para 2010: <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2010/09/novos-motins-em-maputo-e-maria.html>. (último acesso 15/06/2013) Em diante usarei a mesma metodologia para citar outros autores que publicaram suas análises via *blogs*.

18 http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2008_02_01_archive.html (último acesso 15/06/2013)

19 <http://athiofia.blogspot.com.br/2008/02/custo-de-vida-do-baixo-poder-de-aquisio.html> (último acesso 15/06/2013)

Elísio Macamo (2008) parece ser o representante icónico deste desejo republicano. Sua pertinente análise, aparecida no jornal “Notícias” no dia 13 de Fevereiro, orientava a reflexão dos eventos do dia 5 para uma crítica das instituições do estado e o sistema político, buscando responsabilizar os próprios fazedores da política, tanto governo como intelectuais:

[...] Encoraja, pela sua aparente falta de imaginação na abordagem estrutural destes problemas que uma vida moderna nos vai criando, a ideia de que, de facto, ele (o governo) é que é a solução [...] Foi a manifestação que foi problema ou a ausência de outras formas de articulação de protesto é que constitui problema no nosso sistema político? Existe um quadro substancial de referência que sustente a discussão política ou dependemos todos da vaga e perniciosa ideia de que o governo resolve os problemas do povo? [...] Que fazer? Pensar, pensar a sério. O campo político precisa de se tornar mais transparente e aqui não me refiro ao fim da corrupção. Refiro-me à criação de um quadro de discussão política que envolva o cidadão na resolução dos seus próprios problemas e na transformação da máquina estatal no instrumento que cria as condições para que cada indivíduo ganhe a sua liberdade²⁰.

Contudo, esta crítica parece prescindir da própria população, reduzida por sua vez a uma expressão genérica: “o povo” (“ah, o povo!”). Seu apelo por uma vida moderna, sustentada na condição de cidadania promovida pela liberdade do indivíduo junto a um sistema político inclusivo, parece esquecer deliberadamente as motivações que levaram a esta heterogénea população a sair nas ruas. Para este autor, o “povo” acostumou-se a ver o governo a “solucionar” os seus problemas, portanto desta vez não podia ser diferente. Voluntaria ou involuntariamente, este anseio republicano parece impedir nele uma visão mais abrangente e propriamente inclusiva, caindo num nefasto paternalismo, talvez esse mesmo paternalismo em que os governantes caíram ao substituir um regime que suponha actuar nos termos que esse genérico e indiferenciado “povo” definia, actuando apenas em seu nome.

Da minha parte, optei introdutoriamente por usar a expressão “revolta” porque numa posição de observador, a minha intenção foi colocar em primeiro plano aquilo que foi percebido durante os meus estágios de campo e que traduzo brevemente aqui como a expressão de um sentimento colectivo e/ou colectivizado a partir de uma

20 Para aceder à análise do sociólogo moçambicano, vide: <http://manueldearaujo.blogspot.com.br/2008/02/face-visivel-das-manifestacoes.html> (último acesso 15/06/2013)

leitura também colectiva que envolve a própria experiência de vida dos envolvidos e, de alguma maneira, devolve a eles a autoria dos eventos que pretendo esboçar aqui. Neste sentido, concentro-me em exaltar, sobretudo, esse “sentimento de revolta” dos afectados pelas decisões governamentais, mais do que buscar no meu acervo sociológico a expressão mais aproximada dos acontecimentos dessa Terça-Feira de Fevereiro. Ademais, como mencionei anteriormente, durante todo o percurso dos acontecimentos a população usou a expressão “greve”, nenhuma das colocadas anteriormente, nem sequer a proposta pelo autor. Procurando uma explicação, mas também tentando evitar cair na especulação, prefiro relatar a minha experiência com o uso desta expressão, a qual remonta ao meu trabalho de campo com os Magermane.

Neste sentido, quando comecei a acompanhar as instituídas marchas de Quarta-Feira, um cartaz me chamou sempre a atenção e foi pelo facto de ostentar a seguinte frase: “estamos em greve”. Se existe um mínimo comum denominador que caracteriza este grupo contestador é o facto de a esmagadora maioria não estar enquadrado formalmente no sistema produtivo do país, a maioria sobrevive com bicos e trabalhos temporários. Portanto, pareceu-me inicialmente incompreensível que eles estiveram em “greve”, pois nem trabalho formal tinham. Por outro lado, no mundo do trabalho na cidade de Maputo, não experimentei nenhum evento que pudesse ser denominado de greve, no sentido a que estaria “acostumado” a entender²¹. Contudo, aos poucos comecei a entender que para encontrar sentido nesta expressão devia despir-me das noções trazidas e contextualizar a partir da experiência própria dos meus interlocutores o significado de esse “estar em greve” e, ao mesmo tempo, desempregados. Recorri então ao passado na Alemanha e sua socialização como trabalhadores industriais e suas experiências na negociação das suas reivindicações e entendi que a greve expressou para eles mais do que qualquer coisa uma negativa, um “negar-se a”, um negar-se a fazer trabalhos pesados, um negar-se a pagar contribuições ao estado consideradas injustas, um negar-se a ser repatriados, e assim por diante. Em Maputo, esse “negar-se a” continuou reproduzindo-se, só que desta vez fora do universo laboral, mas na confrontação com o governo: “negar-se a” serem marginalizados, “negar-se a” serem invisibilizados, etc. Finalmente não sei se a “greve” de Fevereiro reproduz ou emula este “negar-se a” dos Magermane, mas de alguma maneira faz sentido se pensarmos que se produz como negativa a uma decisão emanada das instâncias do poder e é considerada pela população como unilateral e injusta.

Esclarecida minimamente esta questão, passo aqui a caracterizar as revoltas. Concentro-me primeiro e propositalmente na de Fevereiro, embora a de Setembro tenha assumido os mesmos ou maiores contornos, pois o impacto que teve esta primeira foi muito mais significativo, pelo seu carácter supressivo, do que a revolta de Setembro, que

21 Os próprios Magermane me explicavam que o motivo para eu não ver greves de sindicatos ou agrupações gremiais, era que todas estavam cooptadas pelo partido Frelimo e portanto controladas.

aliás durou dois dias, foi mais abrangente a nível nacional e assumiu maiores proporções em relação à violência e suas consequências humanas e materiais. Quando indaguei pelos antecedentes, sobretudo se este tipo de revolta já tivesse acontecido em Moçambique, todos os meus interlocutores foram enfáticos ao responder negativamente. De todas as respostas resgato a seguinte: “este tipo de revolta não nos é familiar porque como é sabido o nosso povo é passivo e não pacífico como dizem os políticos no poder. O povo tem e anda com muito medo da perseguição” (comunicação pessoal). Desta primeira revolta destaco o elemento surpresa, sua sincronidade e sua horizontalidade.

Em relação ao elemento surpresa, a forma como a população se articulou, encontrou toda a classe política desprevenida²², e não apenas os governantes. A surpresa foi tal, que durante e depois da revolta o desfile de discursos tanto do governo como da oposição, mais do que atender às causas deste evento, optaram por procurar explicações, muitas vezes de ordem moralista, e acusações mútuas, reproduzindo, desta maneira, um repertório já conhecido no reduzido universo da “esfera pública” moçambicana. Efectivamente, a espontaneidade e massividade desta revolta surpreendeu a toda a classe política do país. De um lado a elite governante, acusou a seus “inimigos” políticos “habituais”, de instigar estes acontecimentos. Porém o grau de surpresa foi tão extensivo que nem a própria Renamo soube se posicionar inicialmente. O partido Frelimo tentou então outra explicação, denunciando a intromissão de uma ambígua e estranha “mão invisível” externa, na revolta. Edson Macuácuá, porta-voz do partido Frelimo em entrevista ao jornal “Notícias”, referiu-se à revolta como “atípicas e com origem numa mão invisível, que fracassou nos seus intentos de desestabilizar o País” (Jornal “Notícias”, 13/02/2008). A “tese” da “mão invisível” tem sua origem nos tempos da ocupação portuguesa e principalmente do tempo da luta anticolonial; esta foi modificando seu objecto, porém manteve até hoje o sentido dado. Devo salientar que esta “tese” foi contestada por diversos intelectuais e sob enfoques também diversos. A maioria das respostas encontradas em relação às declarações do porta-voz do partido Frelimo, vem do mundo dos *blogs*, o qual nos últimos dez anos tem se tornado uma arena política de intercâmbio de opiniões bastante massificada entre políticos e intelectuais moçambicanos e não-moçambicanos²³.

Aliás os Magermane também a refutaram:

“Mão invisível”, é o termo que os nossos dirigentes encontraram para identificar a origem dos protestos. Na óptica deles o povo

22 Cabe destacar que os SMS chamando à greve eram de conhecimento prévio das autoridades, portanto deve-se supor que estas devem ter atuado de maneira incrível, duvidando da capacidade de convocatória que estas mensagens teriam.

23 Esta prática discursiva, parece-me um objecto de pesquisa muito interessante, porém não é objecto deste texto, e portanto limitar-me-ei a indicar as três respostas que considere mais relevantes: Paulo Granjo: <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/02/semnticas-invisveis.html>; Patricio Langa: <http://circulodesociologia.blogspot.com.br/2008/03/autoreizacao-proftica-2.html>; e por último Nelson Livignston: <http://meumundonelsonleve.blogspot.com.br/2008/02/5-de-fevereiro-o-povo-saiu-da-garrafa.html> (último acesso de todos 15/06/2013).

sozinho sem o apoio moral de quem quer que seja, não seria capaz de ter uma atitude similar. No fundo das coisas, eu entendo como sendo uma desculpa dos seus fracassos e não só, afinal de contas eles também saíram do povo e lá tem os seus irmãos, amigos e vizinhos...

Depois das revoltas de Setembro de 2010, apareceram outras interpretações, mais “académicas”, as quais também contribuíram para a compreensão dos acontecimentos, procurando demonstrar um fio condutor entre uma e outra. Aqui destaco algumas que, junto com propor uma continuidade entre uma e outra revolta, pretendem sair ao passo das propostas ideológicas. Assim, por exemplo, o historiador e docente da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Carlos Quembo, recorreu à “teoria da frustração relativa” a qual consistiria em que:

[...] as pessoas não se revoltam porque são pobres, mas sim porque numa situação de comparação com outras classes sociais ou dentro da mesma classe, elas se julgam numa situação ou posição de injustiçados e que merecem mais do que aquilo que lhes é disponibilizado²⁴.

De acordo com o autor, existe hoje uma relação ambivalente entre os indicadores macroeconómicos e os discursos de luta contra a pobreza absoluta, acirrada pela percepção, na população, de não participar dos benefícios deste propalado crescimento económico. Por sua vez, o sociólogo Luca Bussotti²⁵, também docente da UEM, partindo de um enfoque similar ao de Quembo, propõe pensar que uma das causas destas revoltas poderia ser “uma débil consciência da gestão de risco” por parte das instituições públicas. Sobretudo na perspectiva de promover instrumentos de investigação para se antecipar e prever a ocorrência de eventos deste tipo²⁶. Finalmente, destaco um debate protagonizado por dois antropólogos portugueses, os dois partilhando, de alguma maneira, uma visão contratualista e republicana na interpretação dos eventos, no entanto cada um acentuando, desde lógicas separadas, a

24 Esta proposta de análise foi publicada no blog do Sociólogo Carlos Serra, para ver a íntegra, acessar: <http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2010/09/manifestacoes-carlos-quembo-e-uma.html> (último acesso 15/06/2013)

25 Para ver a íntegra desta análise, acessar: <http://pambazuka.org/pt/category/features/67679> (último acesso 15/06/2013)

26 Desta análise destaco o seguinte parágrafo: “[...] Em ausência desses meios de investigação, torna-se bastante complicado apurar quem é que esteve por detrás das manifestações. Portanto só vai ser possível fazer algumas, simples ilações. A primeira hipótese é que se trate duma manifestação verdadeiramente espontânea. Hipótese possível, mas que tem uma lacuna: ou seja que os que se fizeram à rua, rapazes ou pouco mais, dificilmente têm a capacidade de protagonizar movimentos populares tão significativos e tão violentos, sobretudo num país como Moçambique. A segunda é que haja uma mão “invisível”, embora, neste caso, tenhamos várias subordinadas, especialmente duas. Por um lado, pode ter havido uma planificação de entidade oficialmente organizadas, por exemplo sindicatos ou partidos da oposição. Só que, além da supracitada fraqueza dos uns e dos outros, seria pelo menos estranho que essas forças não assumissem abertamente a responsabilidade de quanto aconteceu, uma vez que o alvo principal das manifestações foi exactamente o Governo. Por outro lado, temos a hipótese “do complot”, que foi levantada pela primeira vez pelo Ministro do Interior[...].”

especificidade do “caso moçambicano”. Paulo Granjo, salienta que para fazer a análise destes eventos, deve ser levado em consideração, primeiro, o facto de Maputo ser um “bastião” do partido governante, e segundo, que as visões em torno aos “deveres e direitos” de cada um distam muito da versão de democracia representativa ocidental. Nas suas palavras:

[...] A sua visão do “contrato social” sustenta-se, pelo contrário, em dois pilares aparentemente contraditórios, mas que deverão estar minimamente equilibrados: pressupõem, por um lado, que só em casos extremos deverá ser posto em causa o poder instituído; mas pressupõem, também e em contrapartida, que quem ocupe esse poder tem a obrigação de salvaguardar um mínimo de bem-estar e de dignidade das pessoas que governa. Pode (e tem o direito de) «comer mais», mas não de «comer sozinho» e à custa da fome dos outros.²⁷

Por sua vez, José Teixeira, centra sua análise nas modalidades de representação política existentes, argumentando que a utopia do partido Frelimo é a de se tornar não num “partido-estado” e muito mais num “partido-sociedade”, e para tal seus esforços estariam centrados na penetração de todos os âmbitos da vida social, política e económica do país. Questiona as críticas moralistas a este tipo de prática, notando que:

[...] não é um “mal”, trata-se sim do produto de uma específica concepção de poder, que o coisifica (este torna-se uma “coisa” a ter – e o mais possível – e não uma relação a dirimir). Isso tem um corolário na prática política, o objectivo de obter o máximo de “poder” possível, da forma como esse “poder” é entendido. Ou seja, de adquirir o máximo dos cargos políticos e similares, e de assim potenciar o controlo das modalidades de organização social [...] este modo de entender a prática política e partidária implica duas dimensões interligadas: uma constante insatisfação, pois há sempre algo mais a controlar e a dirigir, e uma constante mobilização e vigilância interna, exactamente porque há sempre algo mais a controlar, a dirigir. É um “modo de vida”, não no sentido (moralista) de apropriação mas sim de reprodução, de vivificação.²⁸

27 Para ver a íntegra desta análise, acessar: <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2010/09/novos-motins-em-maputo-e-maria.html> (último acesso 15/06/2013)

28 Para ver a íntegra desta análise, acessar: <http://ma-schamba.com/maputo/da-sociologia-a-correr/> (último acesso 15/06/2013)

Entretanto, uma outra expressão começou, paralela e espontaneamente, a angariar maior simpatia por parte da população, precisamente porque ao que parece fora cunhada nas próprias ruas. Esta expressão era: “o povo saiu da garrafa”. De acordo com o antropólogo Paulo Granjo, esta expressão viria associada a outra anterior que indica o facto de um homem ter sido “engarrafado” ou “metido na garrafa”, e significaria:

“[...] quando um marido tem um comportamento considerado pouco próprio de um homem (entregar o salário todo em casa, não se meter em borgas ou com outras mulheres, deixar a mulher tomar as decisões, ajudar em casa, etc.), a sua família e vizinhos começam a especular que ele foi “metido na garrafa”. Quer dizer, ele foi vítima de um feitiço para o submeter amorfamente à esposa, que foi misturado na comida ou enterrado na latrina dentro de uma garrafa – daí vindo o nome popular do feitiço e da suposta situação do homem.²⁹

O interessante desta expressão radica, segundo meu ver, no facto de não ser ou pretender ser necessariamente uma explicação das causas dos acontecimentos, como o pretendeu, no seu momento, a “tese” da “mão invisível” ou a “teoria da frustração relativa”. Mais bem, esta expressão parece dar conta de uma nova disposição de parte da população como consequência desta revolta. Neste sentido, o povo teria “saído da garrafa” onde fora engarrafado, através de um “feitiço”, invocado pelo governo. Claro está, que neste caso não se trataria de uma relação amorosa (embora fui tentado a usar esta metáfora), porém se levamos em consideração que o suposto “engarrafado” se tornaria produto do feitiço, em um dependente, incapaz de tomar decisões, a sua saída da garrafa parece ser assumida pela população como uma espécie de momentâneo empoderamento, e portanto é celebrado. *A priori*, pode-se inferir que o factor surpresa afectou não apenas a classe política na sua totalidade, mas também uma elite intelectual, a qual voluntária ou involuntariamente, deixou de manifesto uma preocupante distância com os sujeitos e as dinâmicas sociais que procura interpretar.

Em relação aos aspectos de sincronicidade e horizontalidade, devo destacar primeiramente que esta não foi convocada por nenhuma organização da “sociedade civil”, ou por alguma organização sindical ou gremial. Se teve um elemento significativo foi que não foi liderada centralmente, e ademais, na prévia, foi

29 Vide Granjo, Paulo: <http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/02/o-povo-saiu-da-garrafa.html> (último acesso 15/05/2012) No dicionário “Moçambicanismos” de Lopes, Siteo e Nhamuende, a expressão “meter na garrafa” viria da expressão xichangana “dzwanwanwa” (zanguangua, no português de Moçambique), e indicaria a crença de que “[...] um metido na garrafa (ou engarrafado) é incapaz de tomar decisões próprias, sendo as vidas de ambos exclusivamente governadas pela companheira. Caso há em que, segundo se diz, o homem infiel é incapaz de se realizar sexualmente com outra mulher porque a sua parceira amorosa o meteu na garrafa[...]” (Lopes, Siteo & Nhamuende, 2002, p.104 e 151)

coordenada através do envio massivo de mensagens de texto através dos celulares (SMS). Os principais actores foram jovens, mulheres e crianças, e em menor medida homens adultos. Concentrou-se especialmente nos bairros periféricos da cidade de Maputo, e teve maior destaque nos bairros de Benfica (George Dimitrov), Inhagoia, Zona Verde, Hulene, Magoanine e Zimpeto. De acordo com os relatos colectados, as pessoas que saíram às ruas se conheciam pelo facto de viver no mesmo Bairro. Alguns dos entrevistados, argumentaram que os protestos foram levados por sectores e por bairros, para evitar o risco de estar a protestar ao lado de um policial “à paisana”, por outro lado, para evitar o risco de ser denunciado no futuro em caso de uma eventual investigação ou perseguição por parte das autoridades.

Esta dinâmica pareceu repetir-se em todos estes lugares. Cortes de rua de acesso importantes à cidade via barricadas, apedrejamento e incêndio de locais e carros com emblemas estatais. No Xiquelene e Xipamanine, dois dos maiores mercados informais da cidade, registraram-se muitos saques às lojas. De destacar é o facto de que estas lojas, na sua maioria, pertenciam a estrangeiros (particularmente pessoas de origem “asiática” e “nigerianos”). Procurando uma explicação do porquê estes estabelecimentos e não todos foram saqueados, a resposta mais recorrente foi que os estabelecimentos comerciais “destes” estrangeiros teriam sido atacados porque estas pessoas aparentemente “vivem bem”, “facilmente chegam aos recursos financeiros, sem muito esforço”. Outro argumento que foi usado, desta vez apenas pelos Magermane, era que também quando se trata da época das eleições, estas pessoas “têm sido eles a financiar ou a apoiar financeiramente a Frelimo”.

O facto de serem revoltas populares sem uma condução partidária, obriga-me a pensar nas formas de organização e articulação desta população e o grau de coordenação e sincronicidade entre todos/as os/as participantes para conduzi-los. O uso de celulares como o meio de comunicação e coordenação dos protestos, é muito significativo, pois, como tentarei colocar mais adiante, nos remete a práticas anteriores que têm no uso do celular seu meio privilegiado. Por outro lado, o facto de que os chamados “revoltosos” (em sua maioria jovens, mulheres e crianças) se conhecessem com anterioridade e estivessem relacionados entre si por diversos vínculos (vizinhança, parentela, etc.) e não qualquer militância partidária (embora não se descarte a participação de membros dos dois maiores partidos do país), é outro elemento bastante significativo quando contrastado às análises sociológicas interpretativas dos acontecimentos. A este respeito, coloco o seguinte depoimento como antecedente para a análise posterior:

Se conhecem porque vivem no mesmo Bairro. Por um lado foi para evitar o risco de estar a protestar ao lado de um policial a paisana, por outro lado, para evitar o risco de ser denunciado

no futuro em caso de uma eventual investigação ou perseguição por parte das autoridades. O que contou é juntar esforços apenas contra o inimigo comum que é o governo.

A participação maioritária da juventude e particularmente das mulheres e crianças nestas revoltas, que poderia ser surpresa em outros contextos, aqui pode ser compreendida pela própria forma como o contexto social é produzido. Aparentemente é esta a “camada” social que suporta as consequências das decisões políticas elaboradas longe dos seus bairros, redes e circuitos de sociabilidade. Em muitos casos, são elas que inventam ou engenam o uso e a distribuição do escasso orçamento familiar, incluindo às crianças, na angariação de recursos para o sustento diário. São elas as obrigadas a se confrontar com uma realidade, quotidianamente, adversa. Uma realidade que significa muitas vezes uma contínua desagregação social e familiar; uma realidade que as colocou, ou melhor, as obrigou a posicionar-se de maneira a dar voz a àquilo que já faz parte do quotidiano imediato.

Numa leitura preliminar, este comportamento social parece insinuar um direccionamento bastante racional da revolta, o qual parece se distinguir do propalado “caos social”, publicado pela imprensa e sustentado pelas fontes oficiais, que veriam nestas manifestações, grupos de “vândalos e arruaceiros” destruindo apenas o património e bens particulares. Sem dúvida, muitos particulares e a própria população foram vítimas das acções violentas, assim como da repressão policial³⁰. Porém, se ponderarmos no sentido de identificar a destruição material dos bens que foram atingidos, podemos distinguir, a simples vista, que estes comportam também bens simbólicos (carros com emblemas estatais, lojas das empresas tidas como estatais, lojas de estrangeiros identificados como poder, etc). Bens simbólicos que nesta leitura preliminar podemos assumi-los como representativos da situação de desigualdade imperante e percebida pela população “revoltada”. Neste sentido, estas revoltas conseguiram visibilizar alguns aspectos interessantes. De todos, na seguinte secção concentro-me em reflectir aquele que diz respeito a esta imagem que o estado assume frente a esta população revoltada, segundo a qual esta instituição se apresenta como um ente predador e invasivo.

30 Em 2008 a Liga de Direitos Humanos de Moçambique fez um balanço das vítimas humanas da revolta: “Por conta dessa violência, num diagnóstico feito pelo Hospital Central do Maputo, excluindo outros organismos hospitalares que também socorreram as vítimas, 93 feridos deram entrada no HCM. 58 apresentavam ferimentos provocados por balas de fogo no dia 5 de Fevereiro e 26 no dia 6. Houve também 18 vítimas de intoxicação, 17 de agressões físicas, 15 de queda e 17 não especificados. Em termos de idades, as vítimas tinham entre 5 a 72 anos de idade. Dos casos de baleamentos acontecidos entre dia 5 e 6 de Fevereiro, a Liga dos Direitos Humanos recebeu 6, sendo que alguns foram devidamente reportados pelo médico legista do Hospital Central de Maputo.” (LDH, 27 de Fevereiro, 2008) Em 2010, o balanço foi ainda pior, com o resultado de 10 vítimas mortais e 443 feridos, segundo um balanço divulgado pelo Ministério da Saúde de Moçambique. Foram ainda detidas pelo menos 142 pessoas. (Fonte: Africa today: <http://www.africatoday.co.ao/pt/edicao-impressa/4849-Caos-Maputo.html> – 23/09/2010, último acesso 15/06/2013)

O estado modernizador moçambicano: uma máquina produtora de exclusão

Inspirado na crítica de Veena Das e Poole que recusam pensar o estado como “forma administrativa racional de organização política consolidada” (Das & Poole, 2008, p.220[3]), proponho caracterizar este estado moçambicano, na actualidade, como um produto híbrido e autoritário, o qual se manifesta e reproduz a partir da simbiose entre várias formas de dominação/governança. Esta configuração actual, “neoliberal”, que se sustenta e afirma sob um discurso que exalta uma espécie de democracia ao melhor estilo republicano, porém percebida pelo outro extremo, pela população, como despótica, combina de maneira simultânea e eficiente, estatismo, descentralização e clientelismo, contestando de maneira deliberada qualquer tendência que insista em ver nele uma institucionalidade “precária” ou “frágil”. Ao contrário, se existe algo que caracteriza esta instituição sobre muitas outras coisas, é a sua vitalidade e impressionante voracidade³¹.

Trata-se, do meu modo de ver, de um estado republicano moderno quanto à estrutura e funcionamento³², que na sua acepção estatista concentra e reivindica, de maneira insistente, seu monopólio da propriedade e a violência sobre os corpos dos seus cidadãos. Na sua face descentralizadora, manifesta uma obediência e disciplina irrepreensível e bastante eficaz, destinada a angariação de financiamento, principalmente estrangeiro, das organizações e estruturas administrativas espalhadas pelas nove províncias do país³³. E conseqüentemente com esta última, na sua acepção clientelar, não oculta o sistema de prebendas para seus aliados e leais, sejam estas na ordem de promover uma selectiva mobilidade social dentro do restrito universo que engloba o partido governante, sejam como protecção e benefícios para seus simpatizantes.

Contudo esta entidade vive divorciada da sua população. Esta constatação, claramente não é nova, porém contrariamente ao que esta visão consolidada do estado poderia inferir no sentido de colocar este fenômeno de divórcio dentro de um processo de “perda” de legitimidade da parte do estado frente a sua população, em nosso caso,

31 Para entender esta caracterização vide o último capítulo da minha tese de doutorado: Guerra, Hector (2011, pp.169–218)

32 Definição entendida na perspectiva que Miliband propus: “*lo que ‘el estado’ representa es un número de instituciones particulares, las que reunidas constituyen su realidad, y las que interactúan como parte de aquello que puede ser llamado el sistema estatal*” (Miliband 1969, p48)

33 Este aspecto se menciona, levando em consideração também as críticas oriundas dos próprios doadores internacionais em torno do “mal desempenho” estatal neste sentido, e que diz respeito à incapacidade, por parte do próprio estado, de dar cobertura integral às populações das zonas rurais e isoladas do país. Esta crítica pode ser resumida como segue: “No entanto, parece-nos que o discurso do governo moçambicano é pouco convincente, uma vez que, se um verdadeiro esforço descentralizador estivesse sendo posto em prática, este deveria alterar também a distribuição das receitas e as competências tributárias, assim como se esforçar na capacitação dos quadros ao nível local.” (AfrIMAP, 2009, p.17) Contudo, esta crítica nos parece contraditória e insuficiente, pois concentra-se apenas em manifestar um descontentamento de parte das organizações internacionais, as quais, por sua vez, ao mesmo tempo vêm exigindo processo de desregulação económica para incentivar a inversão privada.

pretendo insistir no facto de que se trata menos de uma instituição que perdeu a sua legitimidade, e mais de uma instituição construída, desde o início, com deliberada autonomia e, o que é mais importante, constituiu-se historicamente “contra” a sociedade que enquadra e governa. Este aspecto é importante, pois nos últimos anos, temos assistido a uma produção incrível de relatórios e publicações, dedicados a discutir precisamente a evolução deste estado moçambicano, suas instituições e sistema político. Interessante é que a maioria desta produção de laudos e relatórios insiste em concentrar seu interesse na figura deste estado como o sujeito substancial das transformações do país. Desta forma são analisadas, de maneira retroativa e crítica, as políticas impostas durante o período socialista, e as transformações sofridas, produto da guerra; a sua relação com as organizações de cooperação e doadores em geral; as políticas de descentralização e seu impacto na população, entre as mais recorrentes. Todos estes aspectos descrevendo uma figura ainda em processo de construção e aperfeiçoamento, “precária”, “não consolidada”, enfim, como a causa privilegiada para entender os problemas de pobreza, “subdesenvolvimento” e exclusão social, que atinge a grande maioria da população moçambicana.

Este aspecto parece compreensível, sobretudo se levarmos em consideração que este estado é o resultado de significativos e violentos conflitos no passado recente. Situação que de alguma maneira tem derivado de uma prática e compreensão da política por parte dos governantes, lotada dos atavismos oriundos da situação de guerra³⁴. Contudo, tentarei aqui me afastar deste enquadramento analítico “estadocentrista” e procurar entender a relação entre esta institucionalidade e sua população, a partir de uma perspectiva mais local, a qual acredito se constituiria nas margens deste estado e que para o caso específico, seria o lugar privilegiado para começar a busca pelas motivações e causas destas duas revoltas populares.

Assim sendo, parto aqui introduzindo a hipótese de trabalho a partir da qual pretendo elaborar minha reflexão: para a população “o estado se manifesta visivelmente como uma externalidade invasiva e predatória”. Como consequência, a sua relação se sustentaria e reproduziria a partir de uma contradição fundacional retratada na presença e persistência de este estado contra sua sociedade, e cujo motor principal seria a produção de sujeitos sem rosto, nem lugar próprio, dividindo um espaço superlotado e instável (Serra, 2006, p.17). Um estado que recriaria uma estrutura social conhecida para a maioria da população. Uma estrutura que parece contemporizar com as percepções e representações de tempos passados, entendidos como superados. Uma estrutura, afinal, que persiste em ver a população que governa ainda como súbditos passíveis de afetação e enquadramentos arbitrários. Um estado, finalmente, que se constitui sobre uma matriz forânea, mas cujo elemento intersubjectivo continua sendo marcado pela guerra e sua consequente produção de “inimigos”.

34 Para uma reflexão pormenorizada sobre este assunto vide: Guerra, Héctor (2011, pp.103–106)

Muitos desses conflitos agem na actualidade como promotores contínuos de um receio e desconfiança por parte de uma população obrigada a “desenrascar-se”, criando não apenas uma contestação às práticas políticas que emanam desta institucionalidade, mas também, e principalmente, obrigando à recorrência a um acervo social e cultural que os próprios sujeitos desenvolveram nas margens, para fazer frente às dificuldades derivadas precisamente desses conflitos. Esta expressão foi uma das mais ouvidas nas minhas conversas com as pessoas em Maputo. Trata-se de uma expressão idiomática: um “moçambicanismo”, próximo ao “jeitinho” brasileiro. Significa aproximadamente “saber arranjar-se”, ou “se virar”. É usada sempre dentro do contexto económico para explicar as múltiplas formas de arranjar dinheiro para o transporte e para a refeição quotidiana, e, em geral, serve como uma expressão que propõe também um estado de desamparo em relação à situação económica e social do indivíduo moçambicano. Trata-se também de certo eufemismo para fazer referência à “economia informal”.

Desta maneira o estado, ou melhor, as diversas manifestações de poder com que este tem sido percebido pela população, é representado apenas como uma “máquina produtora de exclusão”. Esta percepção tem contribuído significativamente para a criação de condições, a partir das quais, a população começou a desenvolver formas diversificadas de sobrevivência económica, que de alguma maneira garantissem uma socialidade básica a nível local e à própria reprodução social, atingida, nas últimas décadas, pelo infortúnio e a guerra³⁵. Efectivamente, fomentaram o desenvolvimento de interessantes modos de articulação e ressignificação entre as formas “tradicionais” como as relações de parentesco, aliança e herança, e as formas impostas pelo enquadramento no sistema internacional de produção capitalista ao qual foram empurrados.

Um dos âmbitos onde mais se expressa este receio e desconfiança, em relação ao estado por parte da população de Maputo, é o mundo do trabalho. Historicamente, este parece ter perdido o sentido formador defendido pelo projecto modernizador imposto nas últimas décadas. Projecto, cuja política integradora se baseou num discurso que colocava o trabalho como o elemento chave do progresso emancipador e civilizatório, mas que na sua aplicação prática acabou provocando efeitos desintegradores e desagregadores das múltiplas subjectividades afectadas. Especificamente, as formas

35 Se levássemos em conta apenas o período entre a luta de libertação (começada em 1964) e o tratado dos acordos de paz em Roma, em 1992, veremos que o período de “entre-guerras”, com relativa paz, não passou de dois anos (1975–1976). Por outro lado, aspectos de ordem natural jogariam um papel importante nos processos de mobilidade social na região. Dentro da literatura, são muitas as referências em torno da ecologia da região sul moçambicana, a qual é caracterizada como relativamente propensa a temporadas de cheias e secas contínuas de longa duração. Em 2009 foi publicado um documento de trabalho, apresentado no Defencil como motivo do V seminário de Defesa Civil, em São Paulo. Neste documento foi registado que Moçambique sofreu 10 grandes secas e 20 cheias entre 1956 e 2008 (em 52 anos, cada 1,7 anos acontecia alguma catástrofe natural), somando um total de 102 mil mortos e 25,4 milhões de afetados. (cf. Matusse, Renato Manuel, et al: *Análise e avaliação do sistema de gestão de calamidades em Moçambique*”, V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL. São Paulo – 18, 19 e 20 de Novembro de 2009, Anais Eletrónicos, p.1–12). Se pensarmos essa situação como histórica e culturalmente enraizada no imaginário da população, podemos também situar essa dinâmica de reprodução social como fazendo parte do desenvolvimento cotidiano dos habitantes do sul.

históricas como foram impostos os regimes laborais na região, vieram associadas a uma série de práticas e políticas compulsórias, tanto no período colonial quanto pós-colonial. Assim temos que para a população de Maputo (Lourenço Marques no período colonial) o xibalo ou trabalho forçado e as culturas obrigatórias da colónia, da mesma maneira que as políticas de “reeducação” e a obrigatoriedade do cultivo das machambas comunais, assim como os reassentamentos compulsórios do período socialista, assumem o mesmo sentido: o uso compulsório da força do trabalho dos indivíduos, para a produção de bens, dos quais não obtiveram benefício nenhum para si nem para as suas famílias³⁶.

Actualmente Moçambique deve conviver com uma imagem um tanto esquizofrénica de si próprio. Por um lado é apresentado como um dos países com indicadores macroeconómicos muito significativos³⁷ tornando-se paradoxalmente, nos últimos anos, no modelo de desenvolvimento que parece conter os “objectivos do milénio” elaborados pelas agências internacionais de desenvolvimento. Tanto assim que as agências de cooperação e financeiras internacionais continuam injectando quantidades substanciais de dinheiro no orçamento do estado, para a partir daí implementar e aperfeiçoar as instituições do sistema político, convencidos que esse é o caminho para garantir maior inclusão social, e os projectos económicos, sob a base de micro-financiamentos, que garantam o chamado desenvolvimento sustentável. Por outro, estes indicadores convivem com outros menos encorajadores: altos índices de pobreza, graves desigualdades relacionadas à distribuição de renda, alta instabilidade laboral e insegurança alimentar, e um défice da balança comercial que o torna o país ainda mais dependente que na época do socialismo.

Este outro Moçambique, este espaço diverso e “heteróclito” (Serra, 2003, p.17), habitado pelos excluídos dos benefícios desta modernidade moçambicana, e que afinal são a maioria, parece sustentar sua sobrevivência sob a convivência entrelaçada de dois pilares, aparentemente frouxos e instáveis, porém dinâmicos e inventivos: por um lado, uma marginalidade social que propõe reinventar local e quotidianamente os vínculos e redes de sociabilidade, e, por outro, uma informalidade económica altamente sofisticada, desenvolvendo-se dia a dia entre mercados, becos e barracas. É precisamente nos interstícios de uma relação, no mínimo, ambígua e contraditória entre estes dois Moçambiques, que para o caso específico localizo em Maputo, que os sentidos do trabalho, dinheiro e cidadania se negociam e reproduzem. Estes três aspectos, entendidos como inerentes ao processo de construção das subjectividades de uma possível nacionalidade moçambicana, são pensados aqui, atravessando as situações

36 A bibliografia em torno destes temas é profícua. Aqui recomendo apenas algumas que considero significativas pela sua abrangência e perspectiva de análise. Para o período colonial vide Penvenne (2003), Covane (2001), Negrão (2005). Para o período socialista pós-colonial, vide: Cabaço (2010), Adam (2006, 2005), Nunes (2000).

37 O Produto Interno Bruto (PIB) – Taxa de Crescimento Real: 7% (2010 est.), 6,3% (2009 est.), 6,8% (2008 est.). Fonte: CIA World Factbook 14 de outubro de 2011. <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html> (15/06/2013)

de exclusão e informalidade, e ao mesmo tempo, como os referentes necessários para os diversos significados que os indivíduos lhe outorgam, todas elas localizadas no interior de um complexo tecido social que combinaria elementos “modernos” com outros entendidos como fazendo parte de uma “ordem tradicional”. Desta forma, é possível entender as percepções em torno da visível destruição do sentido social do trabalho a que assistimos hoje e, como consequência, sua desvalorização em benefício da posse de dinheiro a qualquer custo, o qual, por sua vez, parece condição indispensável para o acesso a uma porção de cidadania. Aqui, o aspecto da circulação de bens e pessoas é crucial, pois incorpora a mobilidade trabalhista e o consumo e distribuição da mercadoria numa importante relação de interdependência.

Contudo, creio necessário reflectir sobre a complexidade que supõe esta interdependência, pois a propalada racionalidade económica individualista, a qual hoje actua como sustento ideológico do “ser moderno” moçambicano, sob o rótulo de “empreendedorismo”, muitas vezes se manifesta de modo conflitante com as relações sociais prevaletentes de ordem comunitária, constatáveis a partir das relações de desconfiança, disputas e invejas mútuas, aumentando assim a demanda e a valorização da chamada “magia africana” nos processos de diferenciação social e de resolução de conflitos. Uma possível hipótese a ser colocada de maneira provocativa nesta reflexão, diz respeito ao interessante fenómeno em torno da regulação e manutenção dos preços nos circuitos comerciais informais e periféricos, pois parece que esta obedeceria não apenas a critérios e leis desenvolvidos nas terras da oferta e procura (neo)liberal e individualista, mas também a critérios de ordem “comunitário”, e que apontariam ao controlo e regulação do “enriquecimento ilícito”, visto muitas vezes como uma manifestação da própria prática de feitiçaria.

Neste sentido, a circulação tanto de pessoas como de bens, ocupam um lugar significativo no imaginário destas articulações económicas. Efectivamente, na actualidade os espaços, por excelência, onde confrontamos estas formas e sentidos de reprodução social, são os circuitos comerciais existentes dentro do espaço principalmente periférico desta capital. Agitados e efervescentes espaços de troca, nos quais estas diversificadas formas económicas encontrariam seu solo fértil. Todas estas formas, por sua vez, fazendo valer de maneira simultânea e negociadora, seu “direito” de acesso ao dinheiro. Basicamente, dentro da lógica racional aprendida, este acesso ao dinheiro é mediado por relações de ordem material “quantificáveis”, instaladas num sistema formal de troca: o mercado. Esta formalidade também estaria instalada na noção de trabalho e circulação, parceiras inseparáveis no processo de produção do valor da mercadoria. No entanto, ao depararmos com a realidade de Maputo, vemos como estas categorias parecem perder necessariamente o vínculo a este tipo de lógica, assumindo um carácter menos mercantil e talvez mais redistributivo, obedecendo a esta chamada “ordem tradicional”.

Esta circulação, por sua vez, não se constitui à margem do mercado. No entanto precisamos fazer um esclarecimento neste sentido. A questão à qual me refiro é ao facto de que apesar de que muitas formas de reprodução social se constituírem e desenvolverem à margem do estado (p. ex. xitique, fundo solidário, entre outros), estas não necessariamente se constituem nas margens do mercado. Este último, por sua vez, ao se reger apenas dentro da lógica de produção da mercadoria, também produz invariavelmente suas margens (actividades “não produtivas” como formas de troca, trabalho comunitário, redes de apoio mútuo, etc.) A diferença está em que como o estado da ideologia mercantil hoje em dia não só tolera, como até promove o desenvolvimento de actividades dentro do mundo mau chamado “informal”, permite que formas de reprodução económica “não produtiva”, isto é que não produzem lucro, possam actuar e se desenvolver sem prejuízo de serem interdidas. Daí minha intenção em defini-las *a priori* como circuitos comerciais de sobrevivência, baseados no intercâmbio. Pois esta definição, apenas classificatória, nos possibilita um ponto de referência inicial.

Este facto não deixa de ser instigante, pois revela que práticas rotuladas de “tradicionais” para a resolução de conflitos em contextos “modernizantes”, de alguma forma constituem aspectos e formas locais necessárias para a sucessão da vida, para a domesticação do infortúnio (Granjo, 2008); para a revitalização e manutenção das alianças, todas elas actuando de forma simultânea e paralela às políticas de estabilização e reinserção social apregoadas pelo discurso modernizante do estado e redigidas e fundamentadas nas instituições internacionais. Em todas as partes, nos mercados, na vizinhança, nos chamados “comentários de rua”, encontramos uma multiplicidade de expressões que parecem não ser apenas uma queixa aflita de pessoas famintas e moribundas, senão que representam uma diversidade de formas assumidas pela população, para fazer frente a uma persistente condição de profunda exclusão social e uma complexa situação de instabilidade económica, a qual parece caminhar e se desenvolver de maneira paralela ao discurso modernizador não apenas da elite governante, mas também de uma intelectualidade distante, assente na segurança que a cidade de cimento lhe garante.

Na infinidade de relatórios e publicações colectadas³⁸ e que apelam por um desenvolvimento sustentável para Moçambique, e em particular para Maputo, esta condição de marginalidade, aparece muitas vezes desvinculada da chamada informalidade económica. Na actualidade a maneira de poder regular esta informalidade económica, parece ter sido entregue à lógica das instituições de microcrédito. Do mesmo modo, o enquadramento desta polivalente marginalidade social, produzida durante anos, parecer ser território das organizações não governamentais nacionais (com financiamento estrangeiro) e estrangeiras. Instituições que, sem opção, ainda

³⁸ Alguns dos relatórios estão incluídos nas referências ao final do texto.

defendem a tese sociológica simplista, de pensar o estado contemporâneo nos países periféricos como instituições dependentes da ajuda internacional, devido à sua “natureza” precária. Porém, é esta nomenclatura a que constitui, basicamente, a criticada fragilidade do estado moçambicano. Precisamente porque a sua presença massiva e condicionante, desloca de maneira abrupta e deliberada, os interesses que este estado supostamente deveria promover e sustentar, ao situar a sua esfera pública fora dos seus limites territoriais e responder mais às exigências de uma sociedade civil e comercial estrangeira. Nestas condições a população desaparece do universo de incumbência desta instituição, tornando-se ironicamente num obstáculo para esta teleologia do desenvolvimento aplicada no país. Uma população que aos olhos dos governantes ainda não assumiria sua responsabilidade como sujeito de transformação, por falta de empreendedorismo.

Mais acima, ao caracterizar esta instituição, tentei mostrar como estatismo, descentralização e clientelismo, agiam de maneira combinada em função de angariar recursos para sua persistência e *status* no contexto internacional. Nesta lógica o estado em relação à sua população, apareceria menos como um facilitador, e sim como um concorrente a mais, e em muitos casos como um concorrente desonesto e predador. Este aumento dos preços do combustível, água, eletricidade e pão, sem prévia consulta à população, e cujo corolário foram estas revoltas, não nos fala apenas de uma atitude arrogante de parte desta institucionalidade respeito dos que diz representar. Nos fala muito mais de uma orientação nas políticas estatais que visa responder a exigências colocadas alhures da periferia maputense, longe das necessidades concretas da maioria da população.

Ao aumentar os preços dos produtos acima mencionados, a condição de não-cidadania desta população, ficou manifesta, mas não foi só isso o que detonou as revoltas de Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010, pois essa não-cidadania é vivida quotidianamente e pouco se espera de um estado que é visto como algo externo aos problemas reais que cada indivíduo e a comunidade experimenta. Da maneira como tudo isto aconteceu, a explosão destas revoltas, a partir deste aumento deliberado e unilateral dos preços nos produtos básicos, a população percebeu como o estado ameaçava a única possibilidade desta população garantir a sua própria circulação, uma circulação que desde décadas vem acontecendo nas margens de qualquer política integracionista, e de qualquer relatório institucional. Uma circulação que alimentaria os circuitos de sobrevivência, mesmo que de maneira marginal e informalizada, e que conseguia minimamente redistribuir os poucos recursos com que esta população conta para sua própria reprodução social, frente ao estado e apesar dele.

Referências

- Yussuf, A. (2006) *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória do Moçambique pós-colonial (1975–1990)*. Maputo, Promedia.
- Afrimap. (2009) *Moçambique: Democracia e Participação Política*. Reino Unido: Open Society Institute Network.
- Bayart, J.F. (2000) *El Estado en África*. Barcelona, Bellaterra.
- Cabaço, J.L. (2009) *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo, Editora Unesp.
- Colaço, J.C. (2001) Trabalho como política em Moçambique do período colonial ao regime socialista. Em FRY, Peter: *Moçambique ensaios*, Rio de Janeiro, UFRJ.
- Cruz e Silva, T. (2005) O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do sector informal-ASSOTSI. Cap. 2, *Programa global estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza (STEP)*. Genebra, OIT.
- Cuamba, D.A. (2008) *A função social da prática do xitique na cidade de Maputo – O caso do grupo Ntwanano*. Dissertação para o grau de Licenciatura em Sociologia. Maputo, UEM.
- Das, V. & Poole, D. (2008) El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Em: *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, N°8, 218–256.
- Dava, G. et al. (1997) Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo. Cap. 6, em *Pobreza e bem-estar em Moçambique*. Maputo, Cruzeiro do Sul.
- Egerö, B. (1992) *Moçambique: Os primeiros dez anos de construção de democracia*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- Geffray, C. (1991) *A causa das armas, antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- Hanlon, J. (2008) *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?* Maputo, Kapicua livros.
- _____. (1997) *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, CEM.
- Honwana, A.M. (2002) *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Maputo, Promedia.
- Iglésias, O. (2010) O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta (1926-1962). *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/africanologia/article/view/1319>. Acesso em: 16/09/2010.
- Kassotche, F.D. (1999) *Globalização: receios dos países em vias de desenvolvimento : Reflexões sobre o caso de Moçambique*. Maputo, Instituto Superior de Relações Internacionais.
- Lubkemann, S.C. (2005) Migratory Coping in Wartime Mozambique: An

Anthropology of Violence and Displacement in ‘Fragmented Wars’. *Journal of Peace Research*, Vol. 42, Nº 4, 493-508.

Magode, J. (Org.). (1996) *Moçambique: Etnicidades, Nacionalismos e o Estado: Transição Inacabada*. Maputo, CEEI/ISRI.

Mosca, J. (1999) *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, Lisboa, Instituto Piaget.

Paulo, M., et al. (2008) “Xiculungo” *Relações Sociais da Pobreza Urbana Em Maputo, Mozambique*. Discussion papers Nº 61. Maputo, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

Pereira, J.C.G. (2008) Antes o ‘diabo’ conhecido do que um ‘anjo’ desconhecido: as limitações do voto económico na reeleição do partido Frelimo. *Análise Social*, vol. XLIII (2º), 419-442.

Quive, S. (2009) Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique. *Conference Paper* Nº43, IESE: “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”, Maputo.

Rocha, A. (2002) *Associativismo e nativismo em Mozambique. Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano 1900-1940*, Maputo, Promedia.

Serra, C. (2003) *Em cima de uma lâmina. Um estudo sobre precariedade social em três cidades de Moçambique*. Maputo, Imprensa Universitária – UEM.

Soiri, I. (1999) *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. Helsínkia, IDS.

Sumich, J. (2010) Partido fuerte, ¿Estado débil?: Frelimo y la supervivencia estatal a través de la guerra civil en Mozambique. *Revista de Estudios Sociales* No. 37, 13–29.

———. (2008) Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 319-345, 2008.

Thomaz, O.R. (2004) Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique. *Travessias* 4/5, 269–287.

Trouillot, M. (2001) La antropología del Estado en la era de la globalización. *Current Anthropology*, Vol.42, Nº1.

West G. H. (2009) *Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa, ICS.

———. (2008) Governem-se vocês mesmos! Democracia e carnificina no Norte de Moçambique. *Análise Social*, Vol. XLIII (2º), 347–368.

Zacarias, A. (1991) *Repensando sobre Moçambique e África Austral*. Maputo, Instituto Superior de Relações Internacionais.

Zawangoni, S.A. (2007) *A Frelimo e a Formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982)*. Maputo, CIEDIMA.

Blogs (último acesso 15/06/2013)

Blog “Ma-schamba” (José Teixeira e outros)

<http://ma-schamba.com/maputo/o-contrato-social/>

<http://ma-schamba.com/maputo/da-sociologia-a-correr/>

Blog “Antropocoiso” (Paulo Granjo)

<http://antropocoiso.blogspot.com.br/2010/09/novos-motins-em-maputo-e-maria.html>

<http://antropocoiso.blogspot.com.br/2008/02/semnticas-invisveis.html>

Blog “Oficina de Sociologia” (Carlos Serra)

http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2008_02_01_archive.html

<http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2008/02/o-que-so-po-e-chapas.html>

Blog “Debates e devaneios” (José)

<http://debatesedevaneios.blogspot.com.br/2010/09/renamo-exige-demissao-do-ministro-do.html>

<http://debatesedevaneios.blogspot.com.br/2010/09/1-e-2-de-setembro-90-porcento-de.html>

Blog “Defesa de Direitos Humanos” (Marcus Mosiah Garvey)

<http://athioopia.blogspot.com.br/2008/02/custo-de-vida-do-baixo-poder-de-aquisio.html>

Blog “B’andlba” (Patricio Langa)

<http://circulodesociologia.blogspot.com.br/2008/03/autorealizao-proftica-2.html>

Blog “Meu Mundo (my World)” (Nelson Livingston)

<http://meumundonelsonleve.blogspot.com.br/2008/02/5-de-fevereiro-o-povo-saiu-da-garrafa.html>

<http://meumundonelsonleve.blogspot.com.br/2008/02/cobertura-pelos-media-das-manifestaes.html>

Blog “Manuel de Araujo” (Manuel de Araujo)

<http://manueldearaujo.blogspot.com.br/2008/02/face-visivel-das-manifestacoes.html>

Blog “Ideias para debate” (Cine-clube Komba Kanema)

<http://ideiasdebate.blogspot.com.br/2005/08/justia-social-e-liberdade.html>

<http://ideiasdebate.blogspot.com.br/2005/09/resposta-muthisse.html>

Jornais (último acesso 15/06/2013)

Revista “Africaneando”:

http://www.oozebap.org/text/mozambique_revuelta.htm

Jornal “Moçambique para todos”: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/02/manifestaes-de.html

Jornal “Público”:

http://www.publico.pt/Mundo/maputo-dez-mortos-nos-confrontos-entre-a-policia-e-manifestantes_1453824

Jornal “Pambazuka News”:

<http://www.pambazuka.org/pt/category/features/72349/print>

Jornal “A Verdade”:

<http://www.charas.co.mz/arquivo/13869-governo-deve-parar-de-ser-porta-voz-dos-aumentos-de-precos-decrididos-pelos-empresarios>

Jornal “O país”:

<http://www.opais.co.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/9236-ultima-hora-frelimo-reune-se-pacheco-chama-de-bandidos-os-manifestantes-e-diz-situacao-esta-controlada.html>

Jornal “MAS” (movimiento de la alternativa socialista):

http://www.mas.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=135:maputo-a-revolta-da-fome&catid=111:africa&Itemid=551

Revista “Africa Today”:

<http://www.africatoday.co.ao/pt/edicao-imprensa/4849-Caos-Maputo.html>

Radio “RFI español”:

<http://www.espanol.rfi.fr/africa/20100902-revuelta-en-maputo-contra-la-carestia-de-la-vida>